

PMDB adia as diretas para governador

Ricardo Holanda

Além de votar em três senadores e oito deputados, como ficou estabelecido na aprovação, no início do ano, de uma emenda constitucional, o brasileiro poderá, em 86, escolher seu governador, vice-governador e os membros de uma Assembléia Legislativa — estes eleitos proporcionalmente com o número de eleitores.

A criação de um legislativo regional e eleição dos chefes do Executivo, são alguns dos principais pontos do substitutivo do senador Alcides Saldanha (PMDB-RS), relator da Comissão Mista do Congresso para a formulação do Estatuto Político do DF. A matéria que inicialmente seria votada este ano, conforme desejo do senador gaúcho, terá sua apreciação adiada para 86, de acordo com o líder do PMDB do Governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, em virtude do excesso de temas em votação até o dia cinco de dezembro, quando o Congresso entra em recesso.

O parecer foi elaborado sobre duas propostas de emenda constitucional sobre o tema,

elaboradas pelo senador Mário Maia (PMDB-AC) e pelo ex-deputado Altair Chagas, além de um substitutivo do deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ). Saldanha explicou que sua proposta é uma síntese das demais, ressaltando que procurou «enxugar ao máximo o texto para evitar áreas de atrito que dificultassem a aprovação da medida».

Ontem, logo que chegou de viagem, o senador começou a coletar as assinaturas de 160 deputados e 25 senadores para dar número legal à proposta. Aproveitou também, para conversar com os líderes partidários do PMDB e da Frente Liberal nas duas Casas, quanto à necessidade de votar seu substitutivo ainda este ano, mas saiu dos encontros contrariado.

Saldanha disse que conversou sobre seu parecer com o presidente José Sarney e o governador do DF, José Aparecido de Oliveira, e de ambos recebeu sinal verde. Segundo o senador, a única recomendação que recebeu do presidente da República, foi de montar o substitutivo atento à realidade e peculiaridades da capital da República.